

# EPISTEMOLOGIA, MÉTODO DE ANÁLISE E TEORIA SOCIAL EM MALATESTA

Felipe Corrêa\*

## Resumo:

Este artigo apresenta contribuições do anarquista Errico Malatesta (1853-1932) ao campo da epistemologia, dos métodos de análise e das teorias sociais. Depois de uma introdução com elementos biográficos do autor, o texto avança para três temas fundamentais: a distinção entre as categorias ciência e doutrina/ideologia, a ciência na sociedade, elementos teórico-metodológicos para a análise social. Em relação ao primeiro tema, Malatesta propõe distinguir as categorias ciência e doutrina/ideologia, visando potencializar tanto a análise da sociedade quanto a intervenção sobre ela, conciliando teoria e prática. Em relação ao segundo, o autor contribui com a diferenciação entre as ciências naturais e sociais e também com a postura que sugere ser adotada para o conhecimento da realidade social, priorizando a abertura em relação aos métodos e às teorias e assumindo o conhecimento parcial e fragmentário que se origina nesse campo. Em relação ao terceiro, Malatesta sustenta posições relevantes, dentre as quais se encontram: a crítica ao evolucionismo, ao fatalismo e ao determinismo; a crítica às análises de base metafísica e teológica; a compreensão da socialização como um processo de relação interdependente entre indivíduo e sociedade; a tentativa de conciliar as análises abarcando as três esferas sociais, desde uma perspectiva de interdependência, propondo o abandono da dicotomia materialismo-idealismo e conciliando estrutura social e ação humana; a caracterização da sociedade como resultado dinâmico de conflitos entre forças sociais, apontando para uma compreensão multicausal dos fenômenos sociais; a caracterização da sociedade contemporânea como um sistema de dominação nas três esferas, sendo as classes sociais um de seus traços centrais, as quais se definem também em acordo com a noção de interdependência das esferas.

**Palavras chave:** Errico Malatesta. Anarquismo. Epistemologia. Método de análise. Teoria social.

\* Editor pós-graduado pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo, mestre pela Universidade de São Paulo (EACH), no programa de Mudança Social e Participação Política, e doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação, área de concentração “Ciências Sociais na Educação”, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Membro da Comissão Editorial da Faísca Publicações e do Instituto de Teoria e História Anarquista (ITHA). E-mail: felipecorreapedro@gmail.com.

## INTRODUÇÃO

Errico Malatesta (1853-1932) foi um importante anarquista italiano, que contribuiu, em teoria e prática, com a trajetória do anarquismo em muitos países; militou em distintas localidades da Europa, das Américas e da África. Filho de uma família de comerciantes com algum recurso, estudou no Liceu de Santa Maria Capua Vetere, localidade de seu nascimento, ingressando posteriormente na Faculdade de Medicina, da Universidade de Nápoles. Os contratemplos, em parte de ordem política, fizeram-no abandonar o curso, vivendo, a partir de então, de biscates, dentre eles os ofícios de mecânico e eletricitista. Ainda jovem, acreditou por algum tempo no republicanismo de Giuseppe Mazzini, mas logo o abandonou, sendo convertido ao anarquismo entre 1871 e 1872 – em cujo processo Mikhail Bakunin foi determinante –, doutrina que defendeu até sua morte em Roma. Dos quase 80 anos de vida, mais de 60 destes Malatesta foi anarquista. Acompanhou, por isso, um período amplo dessa ideologia em distintas localidades, os fluxos e refluxos dos movimentos populares e do próprio anarquismo, assim como diferentes ideias e práticas hegemônicas que o permearam nesse período. Criou e participou de organizações anarquistas, movimentos de massas, insurreições e iniciativas que envolveram a propaganda escrita e oral. Preso diversas vezes, passou praticamente 10 anos de sua vida nas prisões. (Fabbri, 2010; Nettlau, 2008, 2012; Richards, 2007a)

Qualquer investigação teórica e/ou histórica da obra de Malatesta deve ser realizada cuidadosamente, sem apontar conclusões demasiadamente definitivas. Isso porque suas obras completas não estão ainda disponíveis ao público; os escritos aos quais se possui acesso constituem apenas parte de sua produção. Se nem em italiano as obras completas estão disponíveis<sup>1</sup>, nos outros idiomas o acesso é bem limitado. Outro fator relevante é que Malatesta nunca foi, e nem pretendeu ser, um grande teórico. Seus escritos tiveram como função, principalmente, a propaganda anarquista; artigos de jornais e material de divulgação/vulgarização das propostas anarquistas constituem a maior parte de sua produção.

Entretanto, uma análise mais detida da obra malatestiana disponível evidencia que o autor, mesmo não tendo a erudição de um Bakunin ou um Piotr Kropotkin, possui contribuições relevantes, não somente no que tange ao anarquismo e suas estratégias<sup>2</sup>, mas

---

<sup>1</sup> Está em curso um projeto coordenado por Davide Turcato de publicação das obras completas de Malatesta em italiano. Dos dez volumes previstos, apenas os primeiros estão disponíveis. Cf. [http://www.zeroincondotta.org/em\\_operecomplete.html](http://www.zeroincondotta.org/em_operecomplete.html).

<sup>2</sup> Para breves exposições das contribuições de Malatesta ao campo do anarquismo e suas estratégias, cf. Corrêa, 2009, 2013a.

também ao campo da Filosofia e das Ciências Sociais, em especial suas reflexões sobre epistemologia, método de análise e teoria social.

Seu discípulo, Luigi Fabbri afirmou que Malatesta

dedicou muito de seu tempo para acompanhar as correntes intelectuais, não apenas as dos indivíduos de ideologia e prática anarquista em diferentes países, mas também dos desenvolvimentos do pensamento filosófico e científico contemporâneo, ao qual dedicou atenção e grande interesse. (Fabbri, 2010)

Talvez, justamente, por conhecer os debates filosóficos e científicos de seu tempo, por não estar diretamente vinculado às discussões acadêmicas e por teorizar muitas vezes sobre suas próprias observações, Malatesta tenha desenvolvido posições relativamente inovadoras. Desde uma perspectiva filosófica e científica, Malatesta pode ser considerado um homem do século XX, em alguma medida “à frente de seu tempo”, distinguindo-se, por exemplo, de Kropotkin, apenas 10 anos mais velho e cuja produção nesses campos vincula-se, em grande medida, às posições bem mais comumente sustentadas no século XIX.

O presente artigo tem como propósito, a partir da limitada obra disponível do autor e mesmo com suas complicações<sup>3</sup>, elaborar uma análise criteriosa de suas contribuições ao campo epistemológico e teórico-metodológico. Trata-se de uma tentativa de aprofundar a sistematização da produção malatestiana nesse sentido, complementando um artigo prévio.<sup>4</sup> Não se pretende aprofundar as posições de Malatesta relativas ao anarquismo e às suas estratégias, mas abordar questões que permitam compreender sua maneira de conceber a relação entre o anarquismo e o campo científico, o próprio campo científico e as ferramentas mais adequadas para os estudos de ciências sociais. Para tanto, a discussão é apresentada em três grandes eixos: a distinção entre as categorias ciência e doutrina/ideologia, a ciência na sociedade e os elementos teórico-metodológicos para a análise social.

Essas contribuições de Malatesta parecem apresentar relevância não somente passada – como instrumento histórico comparativo com outros autores de seu tempo –, mas também presente. Suas posições parecem, ainda hoje, oferecer possibilidades para uma compreensão

---

<sup>3</sup> Obras de vulgarização do pensamento do autor, como Richards (2007b) e Malatesta (2008) – que mesclam diferentes escritos, produzidos em diversos momentos históricos, apresentando-os por tema –, se por um lado permitem uma compreensão temática de suas ideias, por outro complicam uma análise histórica mais pormenorizada, que abarque o contexto. Outro aspecto a ser destacado são os problemas de ordem lógica, que atravessam parte da produção do autor, em especial no que tange às suas reflexões teórico-metodológicas sobre a relação entre as esferas econômica, política/jurídica/militar e cultural/ideológica e sobre o poder.

<sup>4</sup> Corrêa, 2013b aborda a distinção entre as categorias ciência e doutrina/ideologia na obra de Malatesta e encontra-se incorporado no presente texto.

mais adequada das ideologias/doutrinas políticas, do campo científico e da própria sociedade contemporânea.

## A DISTINÇÃO ENTRE AS CATEGORIAS CIÊNCIA E DOCTRINA/IDEOLOGIA

Para a distinção das categorias agora abordadas, o ponto de partida de Malatesta é a noção de “socialismo/anarquismo científico” que, surgida durante o século XIX, avançou pelo século XX, tanto no campo do marxismo<sup>5</sup> como do anarquismo<sup>6</sup>. Ainda que a concepção marxista de “socialismo científico” e a noção kropotkiniana de “anarquismo científico” tenham diferenças substantivas, apoiando-se em elementos teórico-metodológicos distintos, elas possuem uma similaridade: pretendem dar à doutrina político-ideológica do socialismo, ainda que em diferentes correntes, um caráter científico.

Ao passo que, em grande medida, desde Marx e Engels, o marxismo vem insistindo em manter esse vínculo socialismo-ciência, o debate epistemológico, metodológico e teórico do anarquismo, tomando em conta produções anteriores e posteriores às de Kropotkin, variou significativamente.<sup>7</sup> O fato é que, sendo Kropotkin, sem dúvidas, o clássico mais difundido entre os anarquistas do século XX, suas posições, dentre as quais se encontra a acima mencionada, tiveram impacto considerável. Foi com Kropotkin e com os continuadores dessas posições, assim como com os marxistas, que Malatesta debateu, buscando demonstrar que esse vínculo socialismo-ciência estaria equivocado. Segundo ele,

o cientificismo (não digo a ciência) que prevaleceu na segunda metade do século XIX produziu a tendência de considerar verdades científicas, ou seja, leis naturais e, portanto, necessárias e fatais, o que era somente o conceito, correspondente aos diversos interesses e às diversas aspirações, que cada um tinha de justiça, progresso etc., da qual nasceu “o socialismo científico” e, também, o “anarquismo científico” que, mesmo professados por nossos grandes representantes, sempre me pareceram concepções barrocas, que

---

<sup>5</sup> Friedrich Engels, em *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*, de 1880, considerado por Karl Marx (1880) “uma introdução ao socialismo científico”, afirma: “A realização desse ato [a revolução proletária], que redimirá o mundo, é a missão histórica do proletariado moderno. E o socialismo científico, expressão teórica do movimento proletário moderno, destina-se a pesquisar as condições históricas e, com isso, a natureza mesma desse ato, infundindo assim à classe chamada a fazer essa revolução, à classe hoje oprimida, a consciência das condições e da natureza de sua própria ação.” (Engels, 2008, p. 126)

<sup>6</sup> Piotr Kropotkin, em “Modern Science and Anarchism”, na edição de 1913, assim conceitua o que foi chamado de “anarquismo científico”: “O anarquismo é um conceito universal baseado em uma explicação mecânica de todos os fenômenos, compreendendo a totalidade da natureza – isto é, abarcando a vida das sociedades humanas e seus problemas econômicos, políticos e morais. Seu método de investigação é o das ciências naturais exatas e, se ele pretende ser científico, todas as suas conclusões devem, necessariamente, ser verificadas pelo método pelo qual toda conclusão científica deve ser verificada. Seu objetivo é construir uma filosofia sintética compreendendo, em uma generalização, todos os fenômenos da natureza – e, portanto, também, a vida das sociedades.” (Kropotkin, 1970, p. 150)

<sup>7</sup> Para uma reflexão mais aprofundada, que apresenta e discute as distintas posições entre os anarquistas no que diz respeito à epistemologia, métodos de análise e teoria social, cf. Corrêa, 2012, pp. 83-92.

confundiam coisas e conceitos distintos por sua própria natureza. (Malatesta, 2007a, pp. 39-40)

Para Malatesta, esse vínculo, base das noções de socialismo e anarquismo científico, constitui uma confusão de categorias que, em realidade, são distintas e não podem ser tratadas como se fossem uma só. Em muitos casos, argumenta Malatesta (2007a, p. 39), a noção científica, fundida ao socialismo/anarquismo, seria somente “o revestimento científico com o qual alguns gostam de encobrir seus desejos e vontades”; a utilização do adjetivo “científico” constituiria, na maior parte dos casos, tão somente uma base para tentativas de autolegitimação.

Partindo dessa crítica, o autor defende a necessidade de definir e distinguir duas categorias fundamentais que, ainda que se relacionem, não podem ser reduzidas a uma única: *ciência e doutrina/ideologia*.

A ciência é a compilação e a sistematização do que se sabe e do que se acredita saber; enuncia o fato e trata de descobrir sua lei, ou seja, as condições nas quais o fato ocorre e necessariamente se repete. [...] A missão da ciência é descobrir e formular as condições nas quais o fato necessariamente se produz e se repete: ou seja, é dizer o que é e o que necessariamente deve ser.

O anarquismo é, distintamente, uma aspiração humana, que não se funda em nenhuma necessidade natural verdadeira ou supostamente verdadeira, mas que poderá se realizar segundo a vontade humana. Aproveita os meios que a ciência proporciona ao homem na luta contra a natureza e contra as vontades contrastantes; pode tirar proveito dos progressos do pensamento filosófico quando eles servirem para ensinar aos homens raciocinar melhor e distinguir com maior precisão o real do fantástico; mas não se pode confundi-lo, sem cair no absurdo, nem com a ciência e nem com qualquer sistema filosófico. (Malatesta, 2007a, pp. 41-43)

Partindo destes excertos, pode-se afirmar que, na concepção de Malatesta, ciência e anarquismo são coisas distintas.

A concepção malatestiana de ciência implica uma noção de que seu objeto está no passado e no presente; daquilo que foi e/ou que é. Ela toma por base fenômenos que envolvem a vida natural e social, desde um ponto de vista teórico e/ou histórico, estrutural e/ou conjuntural, e estabelece os marcos para uma explicação desses fenômenos. A capacidade de generalização, ou seja, da explicação de um fenômeno ou conjunto de fenômenos, constitui um de seus aspectos centrais. A ciência nunca tem por objeto o futuro; ela pode, no máximo, realizar previsões sobre aquilo que, baseado nas análises do que foi e do que é, necessariamente será, como decorrência dessa interpretação passada e presente.

Quando reflete sobre o anarquismo, Malatesta, na realidade, aborda um elemento que está contido em uma categoria mais ampla, que pode ser definida pelas categorias doutrina e/ou ideologia, que é aqui abordada por meio de uma categoria-síntese: doutrina/ideologia.<sup>8</sup>

A doutrina/ideologia oferece um quadro de referência pautado em um conjunto de valores e numa noção ética que proporciona um ferramental para a análise da realidade passada e presente, estrutural e conjuntural, mas que também permite julgar essa realidade, oferecendo elementos para que se pense, a partir daquilo que foi e que é, aquilo que deveria ser. Ou seja, a doutrina/ideologia oferece uma base valorativa que permite julgar e orientar posições políticas, ideias e ações no sentido de manter ou modificar o *status-quo*, em um sentido normativo.<sup>9</sup>

Malatesta considera o anarquismo uma doutrina/ideologia que, pautada em aspirações humanas, afirma aquilo que a sociedade deveria ser, posição ético-valorativa de um devir que está para além do campo científico. Capitalismo e Estado devem ser destruídos, dando lugar a uma sociedade sem classes, exploração e dominação, não porque, por meio de uma análise científica do atual sistema de dominação constata-se que esse é o fim natural da evolução da sociedade, rumo a um *telos* conhecido, mas porque, segundo valores e noções éticas e a partir de uma posição normativa considera-se que a sociedade poderia ser melhor e mais justa do que atualmente é, e que a ação humana, mesmo dentro dos limites estruturais, deveria ser utilizada para impulsionar uma transformação revolucionária dessa sociedade.

Esse objetivo, que se poderia chamar “finalista”, não decorre de uma predição necessária daquilo que obrigatoriamente deve ser, e nem constitui uma necessidade verdadeira de uma decorrência normal do desenvolvimento do atual sistema de dominação; trata-se de uma possibilidade desejada, de algo que se considera melhor e mais justo do que aquilo que está dado.

---

<sup>8</sup> Propõe-se a adoção dessa categoria-síntese (doutrina/ideologia), priorizando a escolha terminológica do próprio Malatesta. Ele utiliza muito pouco o termo “ideologia”, talvez para evitar a confusão com a concepção marxista. Bem mais comum, no entanto, é a utilização do termo “doutrina”. Malatesta fala em “doutrina socialista” (2007b, p. 91), no “sindicalismo, como doutrina e prática” (1995a, p. 32) e que “sob o nome de anarquia expõem-se doutrinas tão divergentes e contraditórias” (2000a, p. 45). Fala do “individualismo anárquico” como “doutrina distinta” (2007c, p. 34), considera o “tolstoísmo” e o “antimilitarismo” doutrinas (Malatesta, 2007d, p. 59; Richards 2007b, p. 212) e menciona o “valor teórico e prático de sua doutrina” (2004, p. 53), referindo-se à Plataforma Organizacional.

<sup>9</sup> A categoria doutrina/ideologia, na concepção malatestiana, relaciona-se ao que Stoppino (2004, pp. 585-587) conceitua como ideologia em “sentido fraco”; trata-se de “um conjunto de ideias e de valores respeitantes à ordem pública e tendo como função orientar comportamentos políticos coletivos”, ou ainda, “um sistema de ideias conexas com a ação”, que compreendem “um programa e uma estratégia para sua atuação”. Esse conceito distingue-se do conceito de ideologia em “sentido forte” que, em bases marxistas, a concebe como uma “crença falsa”, um “conceito negativo que denota precisamente o caráter mistificante de falsa consciência de uma crença política”.

A distinção conceitual do autor entre as categorias ciência e doutrina/ideologia poderia subsidiar críticas de que ele defenderia uma cisão entre teoria e prática, a neutralidade da ciência e/ou do cientista, entre outras críticas que são frequentemente endereçadas a Weber – cuja distinção entre os conceitos de ciência e política possuem similaridades evidentes com a de Malatesta –, em geral por marxistas, e muitas vezes sem fundamento.<sup>10</sup> Se a crítica marxista a Weber é facilitada por suas posições políticas conservadoras e por sua prioridade na produção teórico-científica em relação à prática política<sup>11</sup>, a condição de Malatesta é bem diferente.

Malatesta foi um homem muito mais dedicado à prática política do que à produção teórico-científica. Ele participou, com Bakunin, da Aliança da Democracia Socialista, em 1872, e de uma tentativa de rearticulação dessa organização política em 1877, encabeçada por Kropotkin, criou e animou o Partido Revolucionário Socialista Anarquista, de 1891, o Partido Anarquista de Ancona, de 1913 e a União Comunista Anarquista Italiana / União Anarquista Italiana de 1919/20. Foi membro da seção italiana da Primeira Internacional, a partir de 1871; fundou os primeiros sindicatos revolucionários na Argentina, no fim dos anos 1880; participou de greves na Bélgica, em 1893, de protestos contra o aumento do pão na Itália, em 1898; contribuiu com a União Sindical Italiana (USI); participou da greve geral e da Semana Vermelha de 1914, na Itália; articulou a esquerda antifascista na Aliança do Trabalho, no início dos anos 1920. Participou, de armas à mão, das insurreições de Apulia, em 1874, de Benevento, em 1877, e foi preso mais de uma dezena de vezes. (Fabbri, 2010; Nettlau, 2008, 2012; Richards, 2007a)

Não se pode dizer que, ao defender essa distinção entre as categorias ciência e doutrina/ideologia, Malatesta estivesse pregando qualquer tipo de “cisão entre teoria e prática”; suas posições foram elaboradas exatamente no sentido de proporcionar uma compreensão mais adequada da realidade para, a partir dela, conceber as melhores maneiras de intervir, promovendo o avanço do programa anarquista, rumo aos objetivos por ele estabelecidos. Deve-se, ainda, adicionar que o autor também não sustentou a neutralidade da ciência ou qualquer posição que permita aproximá-lo do positivismo.<sup>12</sup>

---

<sup>10</sup> Para uma breve discussão acerca dessa problemática em Weber e Marx, tomando como base as posições de Malatesta, ver: Corrêa, 2013b, em especial a parte “Malatesta, Weber e Marx: teoria e prática”.

<sup>11</sup> Prioridade que também parece ter sido a de Marx. Se tomado em conta todo o conjunto de sua produção, as análises teóricas e históricas constituem a imensa maioria de sua produção e temas essencialmente políticos, como as estratégias de mobilização e luta, aparecem muito marginalmente. Elementos biográficos de Marx (cf. Mehring, 1973), como, por exemplo, sua prioridade em escrever *O Capital* em vez de participar dos congressos da Internacional, parecem também reforçar essa hipótese.

<sup>12</sup> Para Malatesta (2007a, pp. 42; 45), “a ciência satisfaz certas necessidades intelectuais e é, ao mesmo tempo, um instrumento muito eficaz de poder”. Na esfera cultural/ ideológica, esse poderoso instrumento de poder pode

Malatesta possui uma noção clara da relação entre ciência e doutrina/ideologia, e a demonstra em suas reflexões acerca do conhecimento científico da realidade social e do anarquismo. Para ele, métodos de análise e teorias sociais pertencem ao campo científico: buscam subsidiar um conhecimento da realidade assim como ela é; o anarquismo, partindo dessas considerações, estabelece seus objetivos finalistas, que o autor chama de “anarquia”, preconizando como a realidade deveria ser, e concebendo estratégias e táticas para transformar a realidade nesse sentido.

Suas posições em relação ao campo científico, que abarca os métodos de análise e teorias sociais serão discutidos mais adiante. Ao caracterizar o anarquismo como uma doutrina/ideologia, Malatesta reconhece que não há um método de análise ou uma teoria social anarquista; em termos históricos, os anarquistas utilizaram diferentes ferramentas teórico-metodológicas para a compreensão da realidade sem, com isso, deixarem de ser anarquistas. O que caracteriza o anarquismo é um conjunto de princípios político-ideológicos e há diferentes posições estratégicas sobre as quais se constituem, historicamente, suas diferentes correntes.<sup>13</sup>

Em linhas gerais, as posições doutrinárias e estratégicas que caracterizam o anarquismo malatestiano são as seguintes. Malatesta realiza críticas à exploração do trabalho, à propriedade privada, à dominação estatista, à educação, à religião e ao patriotismo de seu tempo; a violência e a luta de classes são, para ele, traços fundamentais desse sistema de dominação. Ele subsidia essas críticas com elementos teórico-metodológicos que visam aproximar-se, tanto quanto possível, das ciências sociais. Propõe como objetivos finalistas a socialização da propriedade, do poder, o fim das classes sociais, a liberdade e a igualdade para todos. Esses objetivos, conforme ele os concebe, não decorrem, obrigatoriamente, de reflexões científicas. Sua estratégia é o dualismo organizacional, que preconiza a organização simultaneamente política (especificamente anarquista) e de massas (movimentos populares), impulsionando o trabalho de base, a propaganda e a educação entre os trabalhadores e conformando uma força social capaz, por meio das lutas por reformas, de promover uma revolução social. Essa estratégia, por mais que contenha traços científicos que a norteiam

---

ser utilizado para a dominação, na medida em que se generaliza a aceitação do conhecimento daqueles que estão comprometidos com os interesses dominantes. Assim como a economia e a política, para Malatesta, numa futura sociedade a ciência deveria ser socializada. “Em nosso programa está escrito não somente pão para todos, mas também ciência para todos.” Essa socialização da ciência seria importante por razão de sua produção especializada estar ligada, na maioria dos casos, aos interesses dominantes; a própria produção do conhecimento separada da sociedade em geral e dos trabalhadores em particular fortaleceria as diferenças de classe. Segundo a noção malatestiana, os trabalhadores deveriam ter condições, por si mesmos, colocando fim entre a divisão do trabalho manual e intelectual, dedicar-se à produção científica e desenvolvê-la em seu próprio favor.

<sup>13</sup> Sobre os princípios anarquistas, seus debates estratégicos mais relevantes e suas correntes, cf.: Corrêa, 2012.

(subordinação das táticas à estratégia e desta ao objetivo<sup>14</sup>), também não pode ser considerada completamente parte do campo científico.

Enfim, pode-se afirmar que a distinção teórico-conceitual proposta por Malatesta é feita, em realidade, para potencializar a prática política anarquista; tal é a maneira encontrada por ele para conciliar teoria e prática.

### **Ciência e doutrina/ideologia**

Para propósitos didáticos, propõe-se sistematizar a definição das categorias malatestianas anteriormente discutidas.

**Ciência.** Em seu sentido social, constitui uma forma de produção e sistematização de conhecimentos passados e/ou presentes, históricos e/ou teóricos, estruturais e/ou conjunturais, que explicam realidades sociais e nelas possuem respaldo. Possui condições de explicar a ocorrência e a repetição de um ou vários fatos sociais e pode realizar predições futuras sobre aquilo que obrigatoriamente decorre dos fatos passados e presentes.

**Doutrina/ideologia.** Conjunto de princípios que possuem como fundamento posições ético-valorativas e que estabelecem objetivos normativos pautados na aspiração de um conjunto de agentes sociais. Pode interagir com a ciência no que diz respeito ao ferramental utilizado para explicar a realidade social mas, principalmente, proporciona um quadro de referência capaz de orientar o julgamento dessa realidade, oferece elementos para que se pense como ela deveria ser e que se concebam posições políticas, ideias e ações para mantê-la ou modificá-la.

### **A CIÊNCIA NA SOCIEDADE**

Independente da crítica de Malatesta (2007a, p. 45) à equiparação das categorias ciência e doutrina/ideologia, ele não considera que a ciência deva ser abandonada e nem mesmo que ela não possua potenciais: “sabemos como a ciência é bela, grande, poderosa e útil; sabemos em que medida ela serve à emancipação do pensamento e ao triunfo do homem na luta contra as forças adversas da natureza”. Ele enfatiza que gostaria “que nós mesmos e todos nossos companheiros tivéssemos a possibilidade de fazer da ciência uma ideia sintética e de aprofundá-la em, pelo menos, um de seus inumeráveis ramos”. O desenvolvimento científico possuiria, pois, potenciais, e por isso deveria receber a devida atenção. Entretanto, essa defesa dos potenciais da ciência não significa, para o autor, sustentar o cientificismo e

---

<sup>14</sup> Cf. Clausewitz, 2010, p. 71.

nem mesmo compreender que para ser anarquista uma pessoa precisa de grandes conhecimentos científicos: “decerto não é necessário ser um doutor para ser um anarquista bom e útil”.

A concepção malatestiana de ciência vincula-se, em certa medida, ao paradigma das ciências naturais; a ciência, afirma Malatesta (2007a, p. 46), possui como fim “estudar a natureza, descobrir o fato e as ‘leis’ que a regem, ou seja, as condições nas quais necessariamente o fato ocorre e se reproduz”. Para ele, “uma ciência está plenamente constituída quando pode prever o que ocorrerá; se a previsão não se verifica, quer dizer que havia um erro e só resta proceder a uma indagação mais ampla e profunda”. Um dos traços essenciais da ciência é, por isso, sua capacidade de predição, com certo nível de precisão e verificação empírica daquilo que foi previsto. “O azar, o arbítrio, o capricho são conceitos estranhos à ciência, a qual investiga aquilo que é fatal, aquilo que não pode ser de outra maneira, aquilo que é necessário.”

Entretanto, na concepção malatestiana, esse paradigma, que serve em alguma medida para a investigação de fenômenos físico-químicos – contrariamente àquilo que sustentavam os mecanicistas de sua época –, não dá conta completamente dos fenômenos sociais. Seria, por isso, necessário estabelecer diferenças entre esse paradigma científico das ciências naturais e o paradigma das ciências sociais.<sup>15</sup>

Há um elemento fundamental que subsidia a diferenciação entre as ciências naturais e as ciências sociais: a ação (ou agência) humana. O fato de homens e mulheres possuírem vontades próprias e certa liberdade em sua conduta – “capacidade de querer”, nos termos de Malatesta (2007a, p. 41) – complexifica a análise dos fenômenos do campo social. Por esse motivo, não se poderiam equiparar fenômenos naturais – como, no exemplo do próprio autor, o surgimento de uma flor – com o desenvolvimento da história humana.

Para Malatesta (2007a, p. 40), o que caracteriza o paradigma das ciências sociais é sua constante provisoriade. Se nem as ciências naturais são infalíveis, possuem capacidade de explicar tudo, e se os próprios cientistas naturais deveriam saber que as “verdades” descobertas não podem ser tomadas em conta sem o devido questionamento, nas ciências sociais esses aspectos são ainda mais evidentes.

---

<sup>15</sup> Ainda assim, nos textos avaliados não fica exatamente claro se Malatesta acredita que essas diferenças são essenciais ao campo avaliado (natural ou social), não havendo, dessa maneira, qualquer possibilidade de as ciências sociais tomarem como modelo as ciências naturais, principalmente pela variável da ação humana; ou se, distintamente, como sustentaram outros pensadores, as ciências sociais teriam essas diferenças por razão de sua imaturidade, e poderiam, por meio de um desenvolvimento, chegar ao nível preditivo das ciências naturais. Fato é que, naquele momento, Malatesta afirma a necessidade de se diferenciar os dois paradigmas.

O autor enfatiza que “a dúvida deve ser a posição mental daqueles que aspiram aproximar-se cada vez mais da verdade ou, pelo menos, dessa porção de verdade que é possível alcançar”. Tal abertura para a compreensão da realidade seria fundamental, visto que, em particular nas ciências sociais, as verdades absolutas, de certeza preditiva, praticamente inexistem. Malatesta (2007a, pp. 39-41) sustenta que “na ciência, as teorias [são] sempre hipotéticas e provisórias” e “as provas são algo relativo”; a ciência se contenta “com o acercar-se [da verdade absoluta] fatigosamente, descobrindo verdades parciais, que [são consideradas] sempre provisórias e revisáveis”.

Ao ressaltar essa “porção de verdade que é possível alcançar”, Malatesta reconhece que a complexidade da vida, da realidade social, é muito maior do que a capacidade daqueles que querem compreendê-la.<sup>16</sup> Há, assim, uma diferença fundamental entre natureza e pensamento<sup>17</sup>; ao analisar a realidade, uma pessoa nunca possui condições de apreendê-la em sua totalidade e, por isso, o conhecimento é sempre parcial, fragmentário.

Por isso, assumir a provisoriedade de métodos e teorias, conscientizar-se dos limites da ciência, adotar uma postura crítica de dúvida e abertura permanente seria fundamental para se obter um conhecimento mais adequado da realidade. Trata-se, para Malatesta (2007a, pp. 40-41), de defender essa “vontade de saber”, que “deixa aberto [...] o campo ilimitado da investigação e do descobrimento”. Aqueles que buscam compreender a realidade devem, pois, utilizar “hipóteses de trabalho, ou seja, [a formulação] de suposições que servem de guia e de estímulo para as investigações”; mostrando-se incorretas, essas hipóteses e suposições devem ser reformuladas com o intuito de ampliar o conhecimento.

São, portanto, os métodos de análise e as teorias sociais que devem se adaptar à realidade e não o contrário. Devem ser utilizados na medida em que ajudem a compreender essa realidade e, mostrando-se ineficazes, devem ser aprimorados e/ou substituídos. Deve-se, dessa maneira, buscar uma postura antidogmática diante dos fatos e um ferramental teórico-metodológico que não se confunda com doutrina/ideologia e que possa ser utilizado, aprimorado ou substituído, na medida de sua capacidade explicativa.

É por esse motivo que Malatesta (2007a, p. 41) considera não haver uma ciência anarquista, um conjunto único de métodos de análise e teorias sociais que poderia ser elevado à condição de princípio doutrinário/ideológico, visto que, se esse conjunto demonstrar-se

---

<sup>16</sup> Posição que se aproxima daquela anteriormente sustentada por Bakunin (2000b, p. 61), que afirmou, em 1871, que “a ciência compreende o pensamento da realidade, não a realidade em si mesma; o pensamento da vida, não a vida”.

<sup>17</sup> Não se pode, segundo Malatesta (2007, p. 42), “confundir a ciência com a moral, com a força, no sentido mecânico da palavra, que é uma entidade definível e mensurável, com as forças morais, *a natureza com o pensamento*, a lei natural com a vontade”. (grifos adicionados)

ineficaz, deve ser aprimorado ou substituído, sem que isso implique o abandono dos princípios anarquistas: “protesto contra a qualificação de dogmático porque, ainda que eu esteja firme e decidido sobre aquilo que quero, sempre tenho dúvidas sobre aquilo que sei e penso”. Trata-se de uma certeza em relação aos princípios anarquistas e de uma incerteza, uma dúvida permanente, relativa ao campo teórico-metodológico.

Além disso, a ciência constitui um instrumento de poder; para Malatesta (2007a, p. 42), “a ciência satisfaz certas necessidades intelectuais e é, ao mesmo tempo, um instrumento muito eficaz de poder”. A estruturação dominadora e hierárquica da sociedade conta, na esfera cultural/ ideológica, com esse poderoso instrumento de poder, que pode ser utilizado para a dominação; não conhecer implica que se aceite o conhecimento de outros e, no caso destes estarem comprometidos com os interesses dominantes, como frequentemente estão, isso significa aceitar uma leitura de mundo dominante.

A ciência encontra-se, assim, entre os instrumentos que vêm fortalecendo essa estrutura de dominação da sociedade; não se pode aspirar, desde uma perspectiva emancipadora, que ela governe o mundo. Malatesta (2007a, pp. 40; 45) enfatiza, nesse sentido, que a ciência não pode ter como missão “regular a conduta dos homens”; o autor se opõe, portanto, às proposições do tipo saint-simonianas, que apontavam a necessidade de a sociedade ser conduzida pelos sábios. Assim como a economia e a política, numa futura sociedade, a ciência também deveria ser socializada. “Em nosso programa está escrito não somente pão para todos, mas também ciência para todos.” A socialização da ciência, parte do programa anarquista, é importante, pois sua produção especializada está ligada, na maioria dos casos, aos interesses dominantes; a própria produção do conhecimento separada da sociedade em geral e dos trabalhadores em particular fortalece as diferenças entre as classes sociais. Segundo a noção malatestiana, os trabalhadores deveriam ter condições, por si mesmos, colocando fim entre a divisão do trabalho manual e intelectual, dedicar-se à produção científica e desenvolvê-la em seu próprio favor.

Essa socialização, entretanto, não decorreria automaticamente da socialização econômica ou política; conforme aponta Malatesta (2007a, p. 45), a ciência tem de ser conquistada. Ou seja, se no campo econômico e político os trabalhadores deveriam tomar os meios de produção, de administração e de controle, no campo científico eles deveriam expropriar a ciência e socializá-la entre todos. A ciência, conforme se discutirá adiante, constitui parte da esfera cultural/ideológica, e, como tal, não somente sofre os efeitos das esferas econômica e política/jurídica/militar, mas possui condições de influenciá-las. O saber científico, dessa forma, constitui um instrumento de poder e possui relevância nos processos

econômicos e políticos; por isso deve, também, por meio de um processo de transformação, ser socializado.

Finalmente, ainda que a ciência não seja neutra, ela pode ser utilizada para diferentes propósitos. Malatesta (2007a, pp. 39; 42) afirma que “a ciência é uma arma que pode servir para o bem ou para o mal, mas ela mesma ignora completamente a ideia de bem e de mal” e “serve indiferentemente [...] para a libertação e para a opressão”. Evidencia-se, aqui, novamente, a necessidade de compreender a diferenciação das categorias ciência e doutrina/ideologia; uma produção científica bem elaborada, ainda que, no momento de sua elaboração, possua uma finalidade específica – o que, em geral, qualquer produção científica possui – pode ser utilizada de distintas maneiras e com distintos propósitos.<sup>18</sup> Isso explicaria o fato de escritos como os de George Sorel terem sido apropriados tanto pela extrema esquerda quanto pela extrema direita; foram apropriados elementos teórico-científicos e incorporados dentro de um quadro doutrinário/ideológico distinto. Explicaria, também, como escritos de conservadores como o general Clausewitz foram apropriados pela esquerda para teorizar sobre a estratégia revolucionária.

Entretanto, cumpre apontar que as produções científicas não servem a qualquer fim; a dúvida e a abertura para os métodos e teorias possuem um limite. Uma leitura da realidade (ciência) que considere, por exemplo, não haver classes sociais na sociedade pode colocar em xeque princípios (doutrina/ideologia) socialistas, como o classismo. O mesmo poderia ser dito acerca da utilização, por exemplo, do funcionalismo estruturalista como base científica para análise social. Sendo a sociedade considerada um organismo sem possibilidades significativas

---

<sup>18</sup> Pode-se utilizar como exemplo disso a produção marxiana. Marx, em *O Capital* (1985), elabora uma explicação bastante convincente acerca da dinâmica do capital nas sociedades de capitalismo desenvolvido; trata-se de uma produção científica que se fundamenta em uma perspectiva teórico-histórica e explica o funcionamento de uma realidade determinada. Certamente a perspectiva doutrinária/ideológica da produção marxiana era a libertação dos trabalhadores por meio de um processo de transformação que instauraria o socialismo; tal era o porquê da elaboração desse seu trabalho, seu objetivo fim, presente em todas as produções científicas que, portanto, não são neutras. Entretanto, essa produção científica, ainda que tenha sido produzida no campo da esquerda socialista e que tenha propósitos determinados, não obrigatoriamente funciona a serviço desses propósitos. O julgamento valorativo acerca do que Marx descreve e explica – por exemplo, a exploração do trabalho por meio da extração de mais-valia –, ou seja, se aquilo que está em *O Capital* é “bom” ou “ruim”, “certo” ou “errado”, “justo ou injusto”, é um juízo de valor estabelecido pelos leitores com considerável independência das posições valorativas de Marx. Da explicação científica marxiana podem decorrer diferentes posições. Os socialistas, como em geral o fizeram, interpretam como se aquilo que explica Marx demonstrasse que o capitalismo seria algo ruim, errado e injusto para os trabalhadores que, por esse motivo, deveriam investir em um processo de transformação do capitalismo. Ainda assim, leitores conservadores poderiam observar toda a explicação de Marx e concordar que as sociedades de capitalismo industrial realmente são assim, mas acreditar, por uma série de razões – mérito por esforço próprio, diferenças naturais de aptidão ou inteligência, dádiva divina etc. – que isso seria bom, certo e justo para a sociedade. Ou seja, o fato de uma produção teórico-científica explicar adequadamente uma realidade determinada não implica, obrigatoriamente, que de seu estudo decorram, obrigatoriamente, posições doutrinárias/ideológicas similares às de quem a produziu. A doutrina/ideologia não decorre automaticamente da ciência.

de mudanças e transformações, colocar-se-ia em xeque princípios básicos de qualquer corrente da esquerda. Ter-se-ia, nesses casos, uma influência do campo científico no campo doutrinário/ideológico, afetando elementos de seu núcleo fundamental e demonstrando que os métodos de análise e as teorias sociais não são neutros. Pode-se dizer que a dúvida e a abertura em relação ao campo científico, desde uma perspectiva doutrinária/ideológica, possuem como limite os princípios dessa doutrina/ideologia; no caso do anarquismo, o ferramental teórico-metodológico utilizado para a compreensão da realidade possui como limite os princípios anarquistas. Aponta-se, enfim, para a necessidade de uma abertura teórico-científica, na medida em que ela possa ser conciliada com os pressupostos doutrinários/ideológicos.

### **Ciência em geral e ciências sociais em particular**

Sintetiza-se brevemente, a seguir, as concepções de Malatesta acerca da ciência na sociedade.

Afirmar a distinção entre os campos científico e doutrinário/ideológico não significa minimizar o papel da ciência, que possui potenciais a serem explorados. A ciência em geral permite compreender a natureza, nela incluída a humanidade, por meio da descoberta de leis que a regem e que permitem explicar a ocorrência e a reprodução de fenômenos diversos. Ela demonstra seu desenvolvimento na medida de sua capacidade preditiva. As ciências sociais em particular diferenciam-se, paradigmaticamente, das ciências naturais; a ação humana presente nas primeiras implica um caráter particular que as distingue das segundas. As ciências sociais envolvem provisórias e incertezas; o conhecimento é sempre parcial, fragmentário e as certezas preditivas inexistem. Na investigação desse campo, a postura dos pesquisadores deve ser a de dúvida e abertura permanentes, permitindo que se aproxime da porção de verdade que se pode encontrar. Assim, as ciências sociais não podem ser consideradas dogmas ou mesmo princípios ideológico-doutrinários; os partidários de uma determinada doutrina/ideologia, como os anarquistas, devem ter condições de aprimorar métodos e teorias sem que isso implique o abandono de suas posições políticas. Trata-se da adoção de uma postura de certeza ideológico-doutrinária e dúvida teórico-metodológica. O fato de a ciência não ser neutra e possuir métodos e teorias que se relacionam mais ou menos adequadamente com as diferentes doutrinas/ideologias exige que, mesmo com esse antidogmatismo relativo ao campo científico, se conciliem métodos e teorias com as posições ideológico-doutrinárias. Pelas relações de poder implicadas, os cientistas não devem governar a sociedade; o campo científico, numa sociedade futura, deve ser socializado, por meio de um

processo que exige intervenção direta da ação humana, visto que não decorre automaticamente da socialização econômica e/ou política.

## **ELEMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS PARA A ANÁLISE SOCIAL**

A abertura e o antidogmatismo sustentados por Malatesta em relação ao campo científico não significam que todos métodos de análise e teorias sociais possuem a mesma eficácia. Conhecendo as posições científicas vigentes em seu tempo e articulando parte delas com elaborações próprias e originais, o autor terminou por constituir um ferramental relativamente inovador e eficaz para a análise social que parece, ainda hoje, oferecer possibilidades.

Malatesta (2008, p. 101) concebe o processo de socialização, a relação entre indivíduo e sociedade, por meio de um vínculo indissociável entre um e outra: “O indivíduo humano não é um ser independente da sociedade, mas seu produto. Sem sociedade ele não poderia ter saído da animalidade brutal e fora da sociedade retornará, mais ou menos rapidamente, à animalidade primitiva.” O indivíduo, dessa maneira, só pode ser concebido dentro e como parte da sociedade. Entretanto, esse indivíduo não somente sofre os efeitos da sociedade, mas também participa ativamente de sua conformação.<sup>19</sup> Para Malatesta (2008, p. 202; 117), “entre o homem e o ambiente social há uma ação recíproca. Os homens fazem a sociedade ser o que é, assim como a sociedade faz os homens serem o que são.” Trata-se, assim, de uma relação de interdependência entre indivíduo e sociedade, em que as partes se apoiam uma na outra e cujas trajetórias estão diretamente imbricadas. O indivíduo é influenciado pela sociedade ao mesmo tempo que a influencia; é conformado por ela ao mesmo tempo que a conforma. “A ação social”, continua o autor, “não é nem a negação e nem o complemento da iniciativa individual, mas puramente o resultado da iniciativa dos pensamentos e das ações de todos os indivíduos que compõem a sociedade”. A ação humana na sociedade envolve, portanto, indivíduo e sociedade e relaciona, ao mesmo tempo, cada um e todos.

Considera-se que a realidade social pode ser analiticamente dividida em três esferas: econômica, política/jurídica/militar e cultural/ideológica.<sup>20</sup> A maneira como Malatesta

---

<sup>19</sup> Nota-se, nesse sentido, uma continuidade em relação ao pensamento de Bakunin (1988, pp. 117, 57), que afirma ser o indivíduo completamente social: “todo indivíduo humano, no momento que nasce, é inteiramente o produto do desenvolvimento histórico, quer dizer, fisiológico e social de sua raça, de seu povo, de sua casta – se em seu país existem castas –, de sua família, de seus ancestrais e da natureza individual de seu pai e de sua mãe.” Para Bakunin, há uma relação dialética entre indivíduo e sociedade, fundamentada numa “causalidade universal”, que coloca em relação permanente o todo (a sociedade) e suas partes (indivíduos), todos os quais influenciam-se mutuamente.

<sup>20</sup> Bruno L. Rocha (2009, pp. 285-286) define essas três esferas sociais da maneira seguinte. *Esfera econômica*. A economia está relacionada “ao mundo do trabalho, da produção e da circulação de bens, produtos, riquezas e

concebe as relações entre essas três esferas pode ser interpretada na chave da Teoria da Interdependência das Esferas, que sustenta ser o social uma totalidade constituída a partir do resultado da relação interdependente entre essas três esferas.<sup>21</sup> Essa interdependência pode ser notada na obra malatestiana tanto em termos crítico-destrutivos quanto propositivo-construtivos, demonstrando coerência entre estratégia e análise social.

Ao analisar a sociedade de seu tempo, o autor criticou a dominação nas três esferas: na esfera econômica, o autor denunciou a exploração do trabalho, na esfera política/jurídica/militar, censurou Estado e governo, na esfera cultural/ideológica, denunciou a religião e a educação dominante. Pode-se dizer que, para Malatesta, essa dominação generalizada possui caráter sistêmico e os diferentes tipos de dominação reforçam-se uns aos outros. Sua conformação interdependente dá corpo a um sistema de dominação em que as partes relacionam-se de maneira dinâmica. No caso da relação entre a dominação nas esferas econômica e política/jurídica/militar, por exemplo, o autor enfatizou que “exploração

---

serviços; trata das condições materiais e ainda de bens não tangíveis de desenvolvimento e existência mesma da sociedade e como se dá a partilha ou concentração do produto social”. Trata-se de uma esfera que envolve produção, distribuição e consumo dos bens de uma sociedade determinada; os meios materiais de existência dos homens e mulheres; os sistemas de trocas e suas estruturas. *Esfera política/jurídica/militar*. A política está relacionada “aos níveis gerais de decisão numa sociedade; é o nível que analisa os partidos, governos, organismos macro do Estado e das forças sociais organizadas (grupos, organizações, dentro do institucional, partidos políticos – esquerda ou direita, com distintas variações, legais ou não); o espaço das negociações e enfrentamentos entre dominantes, entre as classes oprimidas e dos arranjos”. O jurídico está relacionado “ao campo jurídico e diretamente ao Poder Judiciário; também dos foros, das normas, das instâncias reguladoras que sancionam (aos litígios por ex.) e podem definir a punição dentro de uma sociedade. Não se deve confundir necessariamente o direito com a lei, a defesa com o advogado e o acordo normativo (ex. uma base estatutária) com a definição de leis”. O militar está “relacionado ao emprego da força, de maneira sistemática ou não, tendo que ver, como todos os níveis repressivos, de violência na sociedade e do possível enfrentamento à opressão física, das estruturas de dominação e de libertação/emancipação através do uso da força”. *Esfera cultural/ideológica*. A cultura está relacionada com as atitudes, normas, crenças, mais ou menos compartilhadas pelos membros de uma sociedade. Envolve conhecimentos, arte, moral, costumes e hábito, e possui relação com “as instituições sociais, a forma de vida em sociedade, as existências familiares, os laços, os vínculos e as perspectivas”. A ideologia diz respeito a “tudo o que circula no campo das ideias, das subjetividades, das conotações que não são materiais, ao nível do simbólico e das representações. Faz parte daquilo que seria o inconsciente coletivo e também do que transcende o material. Os sentimentos de religiosidade e o mundo das utopias e das aspirações do ser humano se encontram neste nível. Os conteúdos das mensagens, a estética e valores contidos na comunicação e na cultura também estão neste nível”.

<sup>21</sup> Essa teoria, apresentada em Rocha (2009), formaliza academicamente produções do campo anarquista, em particular da Federação Anarquista Uruguaia (FAU), elaboradas desde os anos 1970, e, mais recentemente, da Federação Anarquista Gaúcha (FAG). Cf. FAU-FAG, 2007. Segundo Rocha (2009, pp. 110-111), na Teoria da Interdependência das Esferas “não se estabeleceria a priori a determinação de uma estrutura sobre as outras. Essa dominância seria produto das análises respectivas e não estão dados a priori. [...] Seria uma estrutura global sem predomínio pré-estabelecido de uma esfera sobre outra. Ou seja, sem determinância a não ser a interdependência. O ‘determinante’, se queremos usar o termo, seria a matriz que esse conjunto global [...] possui no atual período. Tomamos assim a sadia distância do reducionismo assim como do relativismo.” Com essa relação que se propõe estabelecer entre as concepções de Malatesta e a Teoria da Interdependência das Esferas não se pretende enquadrar o autor em um arcabouço teórico-metodológico produzido *a posteriori* e nem afirmar que ele tenha desenvolvido algo que não desenvolveu; intenta-se somente oferecer uma possível chave de interpretação para seu pensamento, que deve ser considerada em caráter de hipótese e testada ao longo do tempo. Parece, entretanto, que essa chave oferece possibilidades para uma compreensão mais adequada do pensamento de Malatesta.

econômica e dominação política são dois aspectos de um mesmo fato, ou seja, a sujeição do homem ao homem”. (Malatesta, 2007e, p. 141) Se a dominação articula-se e reforça-se nesse sentido, os projetos emancipatórios devem ser levados a cabo, também, de maneira interdependente: “a emancipação moral, a emancipação política e a emancipação econômica são indissociáveis”. (Malatesta, 1989, p. 141)

Ao não estabelecer de antemão uma determinação obrigatória e necessária entre as três esferas, Malatesta relativiza posições como as de Bakunin, Marx e Engels, que sustentam, ainda que em bases e níveis diferenciados, uma determinação, mesmo que em última instância, da esfera econômica em relação às outras.<sup>22</sup> Para ele, na dinâmica social, a economia certamente tem possibilidade de influenciar as outras esferas, e, em muitos casos, de fato as influencia. Entretanto, não se pode considerar esse processo de maneira determinista ou mecânica na chave infra e superestrutura; as outras esferas possuem, também, e ao mesmo tempo, capacidade de influenciar a economia e, também, em muitos casos, a influenciam. E, nesse processo, Malatesta não somente rechaça o determinismo econômico vulgar, e mesmo o esquema de infra e superestrutura, assumidos por parte significativa do marxismo, mas nega inclusive que a base das relações sociais esteja na esfera econômica e que esta constitua a esfera mais relevante do social. Sua crítica a Bakunin, afirmando que o russo “na economia política e na interpretação da história é muito marxista” (*apud* Vernon, 2007b, p. 200), deve ser compreendida nesse sentido. Para Malatesta, o social constitui uma totalidade interdependente e assim deve ser avaliado. Além disso, as determinações entre as esferas não podem ser estabelecidas *a priori*, mas devem ser analisadas em cada circunstância particular, segundo o contexto histórico em que estão inseridas.

---

<sup>22</sup> É bem sabido que Marx (2008a, pp. 47-48) afirma que a totalidade das “relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade” e é “a base real sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem determinadas formas da consciência social”. É o “modo de produção da vida material que condiciona o processo da vida social, política e espiritual”. Bakunin (2000a) conhecia essa concepção, com a qual concordava, afirmando que “Marx [...] estabeleceu como princípio que todas as evoluções políticas, religiosas e jurídicas na história são, não as causas, mas os efeitos das evoluções econômicas. É uma grande e fecunda ideia.” Entretanto, esse princípio é verdadeiro “quando se considera sob seu real aspecto, isto é, de um ponto de vista relativo”, visto que os fenômenos políticos, dentre eles o Estado, e culturais, uma vez dados, têm condições de determinar a economia. Trata-se da mesma posição sustentada por Engels (1965, p. 417), quando explica o pensamento de Marx e relativiza o determinismo econômico vulgar: “De acordo com a concepção materialista da história, o elemento determinante final na história é a produção e reprodução da vida real. Mais do que isso, nem eu e nem Marx jamais afirmamos. Assim, se alguém distorce isto afirmando que o fator econômico é o único determinante, ele transforma esta proposição em algo abstrato, sem sentido e em uma frase vazia. As condições econômicas são a infraestrutura, a base, mas vários outros vetores da superestrutura (formas políticas da luta de classes e seus resultados, a saber, constituições estabelecidas pela classe vitoriosa após a batalha, etc., formas jurídicas e mesmo os reflexos destas lutas nas cabeças dos participantes, como teorias políticas, jurídicas ou filosóficas, concepções religiosas e seus posteriores desenvolvimentos em sistemas de dogmas) também exercitam sua influência no curso das lutas históricas e, em muitos casos, preponderam na determinação de sua forma.”

Trata-se, em suma, no que diz respeito às relações entre as esferas sociais, de sustentar uma multicausalidade que só pode ser compreendida em sua totalidade e segundo a noção de interdependência, sem a adoção *a priori* de quadros de referência monocausais.

Se por um lado Malatesta rompe definitivamente com o idealismo vigente até o século XIX e com as tentativas de se explicar a sociedade sobre bases teológicas e/ou metafísicas, ele rompe, também, de alguma forma, com a clássica distinção dos socialistas do século XIX entre materialismo e “idealismo”, propondo, conforme colocado, uma conciliação entre a totalidade das três esferas e reconhecendo, juntamente com a relevância dos fatos em relação às ideias, a importância das ideias em relação aos fatos.<sup>23</sup> Ao criticar as posições extremadas e que priorizam de antemão a influência e a determinação de uma esfera em relação às outras, Malatesta enfatiza:

Há alguns anos, todo mundo era “materialista”. Em nome de uma “ciência” que, definitivamente, erigia em dogmas os princípios gerais extraídos de conhecimentos positivos muito incompletos, tinha-se a pretensão de explicar toda a psicologia humana e toda a história atormentada da humanidade por simples necessidades materiais elementares. [...] E aqueles que tinham uma concepção mais ampla e menos simplista da natureza humana e da história eram considerados atrasados, totalmente ignorados no plano da “ciência”, tanto no campo dos conservadores quanto no dos revolucionários. [...] Hoje, a moda mudou. Hoje, todo mundo é “idealista”: todos [...] tratam o homem como se ele fosse um puro espírito, para quem comer, vestir-se, satisfazer suas necessidades fisiológicas fossem coisas negligenciáveis. [...] Suspeito muito que os “idealistas” sejam pessoas que tem o que comer todos os dias e a segurança razoável de poder comer no dia seguinte; é natural que seja assim, pois, para poder pensar, para poder aspirar a coisas mais elevadas, é indispensável um certo mínimo de bem-estar material, por mais limitado que seja. (Malatesta, 1989, pp. 138-140)

Além de colocar em questão as generalizações científicas elaboradas sobre bases restritas, Malatesta critica as explicações reducionistas, tanto que deduzem tudo das necessidades materiais, quanto que as ignoram completamente. Para o autor, essas necessidades têm de ser tomadas em conta dentro de um quadro de referência menos extremado. Os fatos materiais, em especial a economia, não explicam toda a sociedade e nem determinam obrigatoriamente as outras esferas; ao mesmo tempo, a posição oposta, de que as ideias são a base de estruturação da sociedade, também é insustentável. Ambas as posições deveriam ser abandonadas em favor de outra, aparentemente mais sensata e que pareceria estar sendo confirmada pela história: a relação indissociável entre as três esferas, entre fatos e

---

<sup>23</sup> Recorde-se que, para Bakunin (2000b, p. 14), “os idealistas estão errados e os materialistas estão certos”, visto que “os fatos têm primazia sobre as ideias”; sua concepção de materialismo vincula-se diretamente à essa prioridade dos fatos em relação às ideias.

ideias, e as determinações em distintos sentidos, de acordo com os variados contextos, dando corpo a totalidades de caráter sistêmico. Esses sistemas, mesmo que possam ser modificados ou transformados, possuem esse caráter por relacionar permanente e dinamicamente suas partes e por aquilo que ocorre em cada uma de suas partes ter impacto no todo. Assim, a sociedade constitui um sistema e as esferas suas partes.

Para Malatesta (2000b, p. 8), a sociedade caracteriza-se por distintos conflitos que a estruturam; a realidade social corresponde sempre a uma determinada posição das diversas forças que estão em jogo. Ele considera que “a sociedade atual é o resultado das lutas seculares que os homens empreenderam entre si”; essas lutas, esses conflitos, são os traços mais determinantes na conformação da sociedade.<sup>24</sup> Por isso, as posições malatestianas diferenciam-se sobremaneira daquelas funcionalistas, tanto clássicas, como as de Durkheim, como as posteriores, como no caso do funcionalismo estruturalista, as quais tendem a minimizar o papel dos conflitos na sociedade e não explicam adequadamente a mudança e a transformação social.

Entretanto, para Malatesta, esses conflitos são concebidos de maneira mais ampla do que sugere a fórmula de Marx e Engels no *Manifesto Comunista* (2010, p. 56), a qual sustenta que “a história de todas as sociedades até o presente é a história das lutas de classes”. Os conflitos, que existem permanentemente em qualquer sociedade, não necessariamente são conflitos de classes.

Conflitos de interesses e de paixões existem e existirão sempre pois, ainda que se conseguisse eliminar aqueles existentes até o ponto de se chegar a um acordo automático entre os homens, outros conflitos se apresentariam a cada nova ideia que germinasse em um cérebro humano. (Malatesta, 2008, p. 102)

Esses conflitos sociais – que podem envolver classes, grupos e indivíduos – são protagonizados por forças sociais dinâmicas, que se encontram permanentemente em movimento, em relação, em contraposição. Para Malatesta (2008, p. 72), “a história caminhará, como sempre, segundo a resultante das forças”; ou seja, a história é a história dos conflitos sociais, das relações entre as diferentes forças sociais em jogo. Deve-se afirmar que força social, nessa acepção, extrapola a noção de força bruta, coerção, violência, e abarca elementos das três esferas. Essas forças se conformam e protagonizam conflitos com

---

<sup>24</sup> Cf. posições semelhantes em Errandonea, 1989 e López, 2001.

elementos das esferas econômica, política/jurídica/militar e cultural/ideológica e possuem bases materiais e morais, objetivas e subjetivas.<sup>25</sup>

Para o autor, são os conflitos dinâmicos entre várias forças sociais que conformam uma determinada realidade; desde uma perspectiva histórica, são esses conflitos que estabelecem as relações de poder, que conformam relações dominadoras, hierárquicas, subservientes entre classes, grupos e indivíduos. Aqueles que possuem a capacidade de mobilizar a maior força social nesses conflitos conseguem se impor aos outros; trata-se, para ele, de uma batalha permanente.

Utilizando essa noção de relação entre forças para avaliar o conflito político entre o governo e os trabalhadores, Malatesta enfatiza:

O governo faz a lei. Deve ter, portanto, uma força material – o exército e a polícia – para impô-la, visto que, de outro modo, somente a obedeceriam aqueles que quisessem e já não seria uma lei, mas uma simples proposta que cada um seria livre para aceitar ou rechaçar. E os governos têm essa força e dela se servem para poder fortalecer com as leis seu domínio e satisfazer os interesses das classes privilegiadas, oprimindo e explorando os trabalhadores. O limite da opressão do governo é a força que o povo mostra-se capaz de opor. (Malatesta, 2008, p. 52)

Nessa relação, tomando em conta as posições malatestianas, sempre há conflito, seja ele latente ou aberto, e o limite das forças governamentais são as forças populares. Quando Malatesta aponta que o limite da opressão do governo é a força que o povo tem a possibilidade de lhe opor, reforça a ideia anteriormente sustentada de que uma determinada realidade social – nesse caso, a opressão do governo sobre os trabalhadores – corresponde sempre a uma determinada posição das diversas forças que estão em jogo – ou seja, nesse caso, ao conflito protagonizado pelas forças sociais mobilizadas pelo governo e pelos trabalhadores. A opressão do governo será maior na medida em que ele mobilizar nesse conflito maior força social; a resistência dos trabalhadores, ao mobilizar força social nesse conflito, estabelece os limites dessa opressão e pode chegar até a modificar os termos da relação e acabar com a relação de opressão.

Compreender a sociedade como esse conjunto dinâmico e conflitivo entre diferentes forças sociais implica, para Malatesta (2008, p. 30), um abandono do evolucionismo, também significativamente sustentado no século XIX entre os socialistas em geral: “Não há lei natural

---

<sup>25</sup> Essa noção de força social pode ser observada na estratégia de luta preconizada por Malatesta (2008, p. 94): “Devemos trabalhar para despertar nos oprimidos o desejo vivo de uma transformação social radical e persuadi-los de que, unindo-se, eles *possuem a força necessária para vencer*; devemos propagar nosso ideal e *preparar as forças morais e materiais necessárias para vencer as forças inimigas e organizar a nova sociedade*.” (grifos adicionados)

que obrigue a evolução em um sentido progressivo em lugar do regressivo: na natureza, há progressos e regressos.” Ou seja, conforme apontado anteriormente, não se pode considerar que há um fim determinado para onde a sociedade suposta e necessariamente caminha; as análises sociais não podem, por isso, supor que haja algum tipo necessário de progresso ou de evolução rumo a um fim, a um *telos*, previamente conhecido. A correlação de forças na sociedade é permanentemente dinâmica e, segundo avaliações normativas, pode ser julgada como progresso ou regresso. Abandona-se, dessa maneira, qualquer teleologia na análise social ou mesmo as suposições de progressos ou evoluções intrínsecos ao desenvolvimento social. Essas posições manifestam-se na afirmação de Malatesta de que o capitalismo e o Estado moderno não se destroem por si mesmos e que o socialismo não é uma necessidade histórica gerada automática e obrigatoriamente pelas contradições do próprio sistema capitalista/estatista.<sup>26</sup>

Em acordo com sua posição acerca da interdependência das esferas encontra-se sua concepção sobre a relação entre estrutura social e ação/agência humana. Malatesta opõe-se às abordagens estruturalistas e mecanicistas, que não concedem espaço à vontade humana e segundo as quais

a vontade – potência criadora cuja natureza e origem não podemos compreender, assim como não compreendemos a natureza e a origem da “matéria” e de todos os outros “princípios primeiros” – a vontade, digo, que contribui pouco ou muito com a determinação da conduta dos indivíduos e da sociedade, não existe, não é mais que uma ilusão. Tudo aquilo que foi, é e será, desde o curso dos astros até o nascimento e a decadência de uma civilização, desde o perfume de uma rosa até o sorriso de uma mãe, desde um terremoto até o pensamento de Newton, desde a crueldade de um tirano até a bondade de um santo, tudo devia, deve e deverá suceder por uma sequência fatal de natureza mecânica, que não deixa qualquer possibilidade de variação. A ilusão da vontade não seria, por sua vez, mais do que um fato mecânico. (Malatesta, 2007b, p. 256)

Nessas abordagens, a ação humana seria completamente determinada pela estrutura social; o destino da sociedade estaria estabelecido de antemão e qualquer ação voluntária não seria mais do que uma ilusão, de acordo com o exemplo de Spinoza citado por Malatesta (2008, p. 68), no caso da pedra que “ao cair, tivesse consciência de sua queda e acreditasse que está caindo porque quer cair”.

---

<sup>26</sup> Malatesta (2008, p. 75) enfatiza, nesse sentido: “Somos revolucionários porque cremos que somente a revolução, a revolução violenta, pode resolver a questão social... Cremos, ademais, que a revolução é um ato de vontade, de indivíduos e de massas; que tem a necessidade, para que possa produzir-se, que existam certas condições objetivas, mas não ocorre necessariamente e de uma maneira fatal somente pela ação dos fatores econômicos e políticos.”

Para Malatesta (2008, pp. 175; 29), distintamente, a vontade e a ação humana possuem significativo potencial na conformação da sociedade: “a história é feita pelos homens”, afirma. E a base da ação humana é a vontade; “é necessário admitir uma força criadora, independente do mundo físico e das leis mecânicas e esta força se chama vontade”. Elemento fundamental da esfera cultural/ideológica, a vontade impulsiona a ação humana e pode subsidiar processos de mudança e transformação social. Ela pode ser, e em geral é, influenciada pelas posições hegemônicas (econômicas, políticas etc.) vigentes, mas não é completamente determinada por elas; há espaço para a consciência e para a ação no sentido da mudança e da transformação social.<sup>27</sup>

Tais posições fizeram com que Malatesta fosse acusado, diversas vezes, de ser um completo voluntarista, um “idealista”, no sentido de defender uma transformação com base na mudança de consciências. No entanto, essas posições parecem equivocadas. Ainda que reconheça a relevância da esfera cultural/ideológica em geral, tanto nos processos de dominação, quanto de emancipação, e ainda que defenda que, nesses processos, a vontade seja um elemento central, Malatesta (2008, pp. 29; 104) reconhece seus limites: “certamente essa vontade não é onipotente, visto que está condicionada”. Um processo de transformação não depende apenas da vontade, mas dos limites estruturais estabelecidos, não somente nas esferas cultural/ideológica e política/jurídica/militar, mas, principalmente, na esfera econômica: “Todo anarquista, todo socialista compreende as fatalidades econômicas que hoje limitam o homem, e todo bom observador vê que a rebelião individual é impotente contra a força preponderante no ambiente social”. Entretanto, ele pontua que “é igualmente certo que, sem a rebelião do indivíduo, que se associa com outros rebeldes para resistir ao ambiente e tratar de transformá-lo, esse ambiente não mudaria nunca.” A ação humana, portanto, explicaria, em grande medida, as mudanças e transformações sociais.

As posições de Malatesta propõem uma conciliação entre ação humana e estrutura social. Subsidiem tanto suas análises sociais quanto suas estratégias revolucionárias.<sup>28</sup>

---

<sup>27</sup> Bakunin (1979, p. 198) define a vontade como “poder de tomar partido em favor de um ou de vários motores que nele [no homem] trabalham num sentido determinado, contra outros motores igualmente interiores e determinados”; para o autor, as vontades não constituem “potências absolutamente autônomas, independentes do mundo material”, mas “forças cuja *independência é excessivamente relativa*”. Ainda que conceda à vontade aparentemente menos capacidade de transformação, em razão de seu condicionamento material/estrutural, pode-se dizer que há algumas continuidades entre essa posição de Bakunin e a posição de Malatesta.

<sup>28</sup> Conforme anteriormente colocado, Malatesta (2008, p. 75) sustenta que para que uma revolução aconteça é necessário “que existam certas condições objetivas”, visto que ela “não ocorre necessariamente e de uma maneira fatal somente pela ação dos fatores econômicos e políticos”. Ele avança nessa explicação. Uma revolução não se produz por conta das determinações estruturais sistêmicas, mas precisa da ação humana, consciente e voluntária. E essa ação humana não deve ser buscada somente no campo da educação e da propaganda. Malatesta (2007, pp. 170-171) certamente defende ambas; em relação à propaganda, afirma:

Aplicando essas noções à análise da sociedade moderna, capitalista e estatista, Malatesta nota que o aspecto fundamental dessa sociedade é que ela caracteriza-se pela dominação nas três esferas. Na esfera econômica, Malatesta (2000b, p. 17) aponta a exploração concretizada pelo trabalho assalariado: “A opressão que hoje pesa de uma forma mais direta sobre os trabalhadores [...] é a opressão econômica”, ou seja, “a exploração que os patrões e os comerciantes exercem sobre o trabalho, graças ao açambarcamento de todos os grandes meios de produção e de troca”. Na esfera política/jurídica/militar, Malatesta (2001, p. 15) nota a dominação político-burocrática e a coerção, protagonizadas pelo Estado e que subtraem do povo “a gestão de seus próprios negócios, a direção de sua própria conduta, o cuidado de sua própria segurança” confiando-as a “alguns indivíduos que, por usurpação ou delegação, se encontram investidos do direito de fazer leis sobre tudo e para todos, de coagir o povo a se conformar com isso, servindo-se para essa finalidade da força de todos”. Na esfera cultural/ideológica ele critica a alienação cultural conformada pela religião, pela educação e sentimentos como o patriotismo, os quais reforçam e legitimam interesses dominantes: para além da opressão econômica e política, enfatiza ele, pode-se “oprimir os homens agindo sobre sua inteligência e seus sentimentos, o que constitui o poder religioso ou universitário” (Malatesta, 2001, p. 23); “o governo e as classes dominantes se servem do sentimento patriótico [...] para fazer com que se aceite melhor pelo povo seu poder e para arrastar o povo a guerras e iniciativas coloniais realizadas para seu próprio proveito”. (Malatesta, 2008, p. 129) Conforme apontado anteriormente, para o autor, esses distintos tipos de dominação possuem relação, influenciam-se e sustentam-se mutuamente, fundamentando o sistema de dominação em questão na interdependência de suas esferas.

Nessa sociedade, caracterizada por conflitos e forças dinâmicas em jogo, as classes sociais, ainda que não expliquem tudo, são muito relevantes. Para Malatesta, não se pode considerar, *a priori*, que, em todos os conflitos sociais que conformam uma sociedade, as

---

“fazemos a propaganda para elevar o nível moral das massas e induzi-las a conquistar por si mesmas sua emancipação”; sobre a educação, defende: “trata-se, em suma, de educar para a liberdade, de elevar a consciência de sua própria força e de sua capacidade dos homens que estão habituados à obediência e à passividade.” O autor foi qualificado, também, ao que parece, de maneira equivocada, de ser um educacionista, um propagandista que teria substituído a luta de massas pela propaganda e pela educação, pela luta no campo das consciências. Nesse sentido, ele contradiz: “Enganaríamos ao pensar que a propaganda é suficiente para elevá-los [os homens] ao patamar do desenvolvimento intelectual e moral necessário à realização de nosso ideal”. (Malatesta, 2000b, p. 14) Afirma também que “os educacionistas, por sua parte, acreditaram e ainda crêem, todavia, que por razão de propagarem a instrução, de defenderem o livre pensamento, a ciência positiva etc., de fundarem universidades populares e escolas modernas, pode-se destruir nas massas o preconceito religioso, a sujeição moral ao domínio estatal, a crença nos direitos sacro-santos da propriedade. [...] Os educacionistas deveriam, assim, ver o quão impotentes são seus generosos esforços. [...] Enquanto durarem as condições econômicas e políticas atuais, não podemos ter a ilusão de elevar sensivelmente a consciência das massas e nem transformar o ambiente de modo adequado e capaz de realizar nossos ideais.” (Malatesta, 2008, p. 193) Nessas suas posições evidencia-se, também, a busca pela conciliação de ação humana e estrutura social.

classes sociais necessariamente constituem a categoria mais importante, ou mesmo a mais adequada, para as explicações; no entanto, em muitos casos, elas são. Ou seja, trata-se, para o autor, de considerar os conflitos sociais os aspectos mais relevantes da sociedade e enfatizar que, em muitos casos, as classes sociais constituem agentes de primeira ordem nesses conflitos, ainda que os conflitos de classe não devam ser tratados de maneira reducionista, esperando que, a partir deles, seja possível deduzir todas as explicações de outros conflitos.

Deve-se, ainda assim, apontar que, em concordância com a noção de interdependência das esferas, as classes sociais, desde uma perspectiva malatestiana, não constituem uma categoria exclusivamente econômica:

Através de uma rede complicada de lutas de todos os tipos, invasões, guerras, rebeliões, repressões, concessões feitas e retomadas, associação dos vencidos, unidos para se defenderem, e dos vencedores, para atacarem, chegou-se ao estado atual da sociedade, em que alguns homens detêm hereditariamente a terra e todas as riquezas sociais, enquanto a grande massa, privada de tudo, é frustrada e oprimida por um punhado de proprietários.

Disto depende o estado de miséria em que se encontram geralmente os trabalhadores, e todos os males decorrentes: ignorância, crime, prostituição, definhamento físico, abjeção moral, morte prematura. Daí a constituição de uma classe especial (o governo) que, provida dos meios materiais de repressão, tem por missão legalizar e defender os proprietários contra as reivindicações do proletariado. Ele se serve, em seguida, da força que possui para arrogar-se privilégios e submeter, se ela pode fazê-lo, à sua própria supremacia, a classe dos proprietários. Disso decorre a formação de outra classe especial (o clero), que por uma série de fábulas relativas à vontade de Deus, à vida futura, etc., procura conduzir os oprimidos a suportarem docilmente o opressor, o governo, os interesses dos proprietários e os seus próprios. (Malatesta, 2000b, pp. 8-9)

Para Malatesta, os critérios utilizados para o estabelecimento das classes sociais incluem a propriedade dos meios de produção e a exploração econômica, mas não se resumem a eles; a propriedade dos meios de administração, de coerção, de controle e de conhecimento e, assim, a dominação político-burocrática, a coerção e a alienação cultural são também critérios fundamentais.<sup>29</sup> É por esse motivo que ele insere entre as classes dominantes não

---

<sup>29</sup> Há, nessa posição, similaridades evidentes com a concepção de Errandonea (1989, pp. 97-99) que, a partir de mediações entre Marx e Weber, complementadas com o aporte de autores libertários, chega a posições semelhantes, propondo fundamentar a definição das classes sociais na categoria dominação. Para ele, a dominação é o “fundamento básico das relações de classe; portanto, da conformação de classes sociais e da própria estrutura de classes em que elas se dão”. As classes sociais estão completamente relacionadas com a assimetria social, a desigualdade, quando esta possui uma conformação estrutural, consistente e estável. As classes sociais são “agrupamentos humanos de relativa homogeneidade entre si”, de aspectos, atributos ou elementos distribuídos desigualmente numa determinada sociedade, agregados pelas similaridades que dizem respeito às desigualdades sociais. Entendido dessa maneira, “o conceito de classe é relativo à existência de outras classes”. “A sociedade assume uma estrutura de classes sociais quando a distribuição daquilo que nela existe é desigual. Claramente, não estamos nos referindo exclusivamente aos bens e recursos materiais. Aludimos

somente os proprietários (burguesia), mas também o governo e o clero. Entre as classes dominadas, ele inclui não somente os trabalhadores assalariados das indústrias urbanas, mas também os trabalhadores de outros setores das cidades, os trabalhadores do campo, os camponeses e os pobres em geral. Esses dois conjuntos de oprimidos e opressores, classes dominantes e classes dominadas, classes opressoras e classes oprimidas, protagonizam a permanente luta de classes na sociedade. A luta de classes constitui, de acordo com as posições anteriormente colocadas, um dos traços mais relevantes das sociedades contemporâneas, ainda que, também conforme apontado, não seja possível reduzir todos os conflitos sociais a conflitos entre classes.

Para Malatesta (2008, pp. 120-121), “a totalidade de indivíduos que habitam um território está dividida em distintas classes que têm interesses e sentimentos opostos e cujo antagonismo cresce à medida que se desenvolve nas classes submetidas a consciência da injustiça da qual são vítimas.” Entre os amplos conjuntos das classes dominantes e classes dominadas, as quais abarcam todo o conjunto das classes sociais concretas de cada contexto, há antagonismo constante e quanto mais se desenvolve a consciência de classe, mais se evidencia esse conflito. A consciência de classe é, para Malatesta (2008, p. 197), um elemento fundamental da luta de classes; ela potencializa os processos transformadores: “a luta torna-se luta de classes”, diz ele, “quando uma moral superior, um ideal de justiça e uma maior compreensão das vantagens que a solidariedade pode proporcionar a cada indivíduo, vêm fazer com que fraternizem todos aqueles que se encontram em uma posição análoga”. Dessa maneira, os elementos culturais/ideológicos vêm somar-se aos econômicos e políticos, abrindo espaço para a luta de classes que se desdobra nas três esferas.

Os processos de mudança e transformação social na perspectiva malatestiana – ou seja, anarquista e classista –, dependem das forças sociais que esses conjuntos conseguirem aplicar aos conflitos sociais. No caso das mudanças de curto prazo – por exemplo, no campo econômico – Malatesta (2008, p. 79) afirma que “o salário, a duração da jornada de trabalho e as demais condições da situação do trabalhador são o resultado da luta entre patrões e

---

também a eles, está claro; e não só em termos quantitativos, mas também em termos qualitativos (não somente quantos, mas que tipos de bens; não somente a quantia de pagamento ou remuneração, mas para que profissão, para que tipo de tarefa ou serviço quando se trata de salário; etc.). Mas a referência é mais ampla. Tudo o que se distribui desigualmente: acesso diferencial ou exposição aos meios de coação, poder político, prestígio social, etc. (também aqui em termos quantitativos e qualitativos).” As classes sociais estão ligadas a tudo o que se distribui desigualmente na sociedade e às coincidências em relação às distintas assimetrias. Em relação a diferentes elementos, há “privilegiados e despossuídos” em seu conjunto, podendo haver situações mais ou menos intermediárias. As classes sociais não se estabelecem por “desigualdades não consistentes” ou “desigualdades circunstanciais”; trata-se de “desigualdades consistentes, estáveis, institucionalizadas, resistentes. De tal maneira que umas reforçam as outras: são efetivamente *estruturais*.”

empregados”. Para que os oprimidos possam avançar em relação aos opressores nas lutas para aumento de salário e/ou redução de jornada de trabalho devem conseguir se impor nos conflitos. No caso das transformações de maior envergadura, revolucionárias, trata-se, para o autor, de um processo que modifica as relações sociais nas três esferas, dando fim à dominação em geral, assim como às próprias classes sociais:

Desejamos abolir de forma radical a dominação e a exploração do homem pelo homem. [...] Queremos que a sociedade seja constituída com o objetivo de fornecer a todos os meios de alcançar igual bem-estar possível, o maior desenvolvimento possível, moral e material. [...] Em consequência: expropriação dos detentores do solo e do capital em proveito de todos e abolição do governo. (Malatesta, 2000b, p. 26)

Trata-se, em termos estratégicos, de promover essa transformação social por meio da revolução violenta e da consequente socialização das três esferas sociais.

### **Categorias e noções fundamentais**

Para propósitos didáticos, propõe-se sistematizar as categorias e noções fundamentais para a análise social que foram anteriormente discutidas.

**Socialização.** Há um vínculo indissociável e uma relação de interdependência entre indivíduo e sociedade; ambos influenciam-se e conformam-se mutuamente. A ação humana envolve indivíduo e sociedade e relaciona cada um e todos.

**Interdependência das esferas.** O âmbito social caracteriza-se pela interdependência das esferas econômica, política/jurídica/militar, cultural/ideológica; não há determinação entre elas que possa ser estabelecida de antemão e todas se influenciam mutuamente conformando uma totalidade. Mesmo que se abandone o idealismo de base metafísica e teológica, rompe-se com a cisão materialismo-idealismo, visto que fatos e ideias são também considerados nessa perspectiva de interdependência e totalidade. A sociedade contemporânea é explicada pela relação de interdependência da dominação nas três esferas: exploração, dominação político-burocrática, coerção e alienação cultural, conformando uma totalidade sistêmica e dominadora.

**Conflitos e forças sociais.** A sociedade caracteriza-se pelas relações de poder estabelecidas pelos conflitos entre diferentes forças sociais. Essas forças são conformadas por classes, grupos e indivíduos e estão permanentemente em jogo, dinamicamente. Abandona-se o evolucionismo e o funcionalismo e assume-se que a conformação das diferentes forças

sociais extrapola a “força bruta” (coerção) e abarca elementos das três esferas, objetivos e subjetivos. Comumente conflitos e forças sociais possuem base classista.

***Ação humana e estrutura social.*** A história é feita por homens e mulheres e a base de sua ação é a vontade; entretanto, essa vontade possui limites. Concilia-se ação humana e estrutura social, assumindo que é a ação humana que conforma a sociedade, ainda que essa ação possua limites estruturais; rejeita-se, dessa maneira, o estruturalismo, o mecanicismo e o voluntarismo extremados.

***Classes sociais.*** Ainda que não expliquem todos os conflitos sociais, possuem relevância central e são definidas em acordo com a interdependência das esferas, a partir da propriedade dos meios de produção, de administração, de coerção, de controle e de conhecimento. A exploração econômica, a dominação político-burocrática, a coerção e a alienação cultural conformam conjuntos de classes dominantes (proprietários, governo, clero) e classes oprimidas (trabalhadores, camponeses e pobres) que estão permanentemente em conflito (luta de classes).

## **CONTRIBUIÇÕES MALATESTIANAS**

Em termos conclusivos, pode-se reafirmar que Malatesta – em suas reflexões sobre epistemologia, método de análise e teoria social – apresenta elementos que ainda hoje parecem ter a possibilidade de subsidiar a constituição um ferramental analítico para a compreensão e a explicação da sociedade contemporânea.

Em suas reflexões epistemológicas, o autor contribui com a proposta de distinção entre as categorias ciência e doutrina/ideologia, tendendo, com isso, a potencializar tanto a análise da realidade quanto a intervenção sobre ela, e conciliando teoria e prática. Ele contribui também com a diferenciação que realiza entre as ciências naturais e sociais e com a postura que sugere para o conhecimento da realidade social, priorizando a abertura em relação aos métodos e às teorias, e assumindo a parcialidade e a fragmentação do conhecimento que se origina nesse campo. Destaca-se, também, sua reflexão acerca da relação ciência-poder e a necessidade de que, em uma sociedade justa e igualitária, a ciência seja, assim como outros tipos de poder, socializada.

Malatesta também possui contribuições teórico-metodológicas relevantes para a análise social. Dentre elas, destacam-se: a crítica ao evolucionismo, ao fatalismo e ao determinismo; a crítica às análises de base metafísica e teológica; a compreensão da socialização como um processo de relação interdependente entre indivíduo-sociedade; a tentativa de conciliar as três esferas nas análises sociais, desde uma perspectiva de

interdependência, propondo o abandono da dicotomia materialismo-idealismo e conciliando estrutura social e ação humana; a caracterização da sociedade como resultado dinâmico de conflitos entre forças sociais, apontando para uma compreensão multicausal dos fenômenos sociais; a caracterização da sociedade contemporânea como um sistema de dominação nas três esferas, sendo as classes sociais um de seus traços fundamentais, as quais se definem, também, em acordo com a noção de interdependência das esferas.

## Bibliografia

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- APPOLINÁRIO, Fabio. *Dicionário de Metodologia Científica*. São Paulo: Atlas, 2004.
- BAKUNIN, Mikhail. “Consideraciones filosóficas sobre el fantasma divino, sobre el mundo real y sobre el hombre”. In: *Obras Completas*, vol. 3. Madri: La Piqueta, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Federalismo, Socialismo, Antiteologismo*. São Paulo: Cortez, 1988.
- \_\_\_\_\_. “Carta aos Irmãos da Aliança na Espanha”, 1872. In: *Ouvres Completes*, IHS de Amsterdã, 2000a.
- \_\_\_\_\_. *Deus e o Estado*. São Paulo: Imaginário, 2000b.
- BOBBIO, Norberto et alli. *Dicionário de Política*. 2 vols. Brasília: UNB, 2004.
- CLAUSEWITZ, Carl von. *Da Guerra*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
- CORRÊA, Felipe. *Rediscutindo o Anarquismo: uma abordagem teórica*. São Paulo: USP (dissertação de mestrado), 2012.
- \_\_\_\_\_. “A Estratégia de Transformação Social em Malatesta”. In: Anarkismo.net, 2009. [<http://www.anarkismo.net/article/14723>]
- \_\_\_\_\_. “Errico Malatesta: teoria e estratégia anarquista” (vídeo). In: ITHA, 2013a. [<http://ithanarquista.wordpress.com/2013/08/05/errico-malatesta-teoria-estrategia-anarquista/>]
- \_\_\_\_\_. “A Distinção entre as Categorias Ciência e Doutrina/Ideologia na Obra de Errico Malatesta”. In: ITHA, 2013b. [<http://ithanarquista.wordpress.com/2013/11/22/felipe-correa-distincao-entre-as-categorias/>]
- ENGELS, Friedrich. “Letter to J. Bloch (21-22/09/1890)”. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Selected Correspondence*. Moscou: Progress Publishers 1965.
- \_\_\_\_\_. *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*. São Paulo: Sundermann, 2008.
- ERRANDONEA, Alfredo. *Sociologia de la Dominación*. Montevideu/Buenos Aires: Nordan/Tupac, 1989.
- FABBRI, Luigi. “Life of Malatesta”. In: *Libcom*, 2010. [<http://libcom.org/library/life-malatesta-luigi-fabbri>]
- FAU (Federação Anarquista Uruguaia) / FAG (Federação Anarquista Gaúcha). *Wellington Gallarza e Malvina Tavares: material de trabalho para a formação teórica conjunta*. Montevidéu / Rio Grande do Sul, 2007. [<http://www.red-libertaria.net/pdfs/estructu-ras0507.pdf>]
- KROPOTKIN, Piotr. “Modern Science and Anarchism”. In: *Kropotkin's Revolutionary Pamphlets*. Nova York: Dover Publications, 1970.
- LÓPEZ, Fabio López. *Poder e Domínio: uma visão anarquista*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2001.

- MALATESTA, Errico. “‘Idealismo’ e ‘Materialismo’”. In: *Anarquistas, Socialistas e Comunistas*. São Paulo: Cortez, 1989.
- \_\_\_\_\_. “Further Thoughts on Anarchism and the Labour Movement”. In: *The Anarchist Revolution: polemical articles, 1924-1931*. Londres: Freedom Press, 1995a.
- \_\_\_\_\_. “Comments on the Article ‘Science and Anarchy’”. In: *The Anarchist Revolution: polemical articles, 1924-1931*. Londres: Freedom Press, 1995b.
- \_\_\_\_\_. “Os Anarquistas e o Sentimento Moral”. In: *Escritos Revolucionários*. São Paulo: Imaginário, 2000a.
- \_\_\_\_\_. “Programa Anarquista”. In: *Escritos Revolucionários*. São Paulo: Imaginário, 2000b.
- \_\_\_\_\_. *A Anarquia*. São Paulo: Imaginário, 2001.
- \_\_\_\_\_. “Anarquia e Organização”. In: *Autoritarismo e Anarquismo*. São Paulo: Imaginário, 2004.
- \_\_\_\_\_. “Anarquismo y Ciencia”. In: RICHARDS, Vernon (org.). *Malatesta: pensamiento y acción revolucionarios*. Buenos Aires: Anarres, 2007a.
- \_\_\_\_\_. “Pedro Kropotkin: recuerdos y críticas de un viejo amigo”. In: RICHARDS, Vernon (org.). *Malatesta: pensamiento y acción revolucionarios*. Buenos Aires: Anarres, 2007b.
- \_\_\_\_\_. “El Pensamiento Anarquista”. In: RICHARDS, Vernon (org.). *Malatesta: pensamiento y acción revolucionarios*. Buenos Aires: Anarres, 2007c.
- \_\_\_\_\_. “Anarquismo y Violencia”. In: RICHARDS, Vernon (org.). *Malatesta: pensamiento y acción revolucionarios*. Buenos Aires: Anarres, 2007d.
- \_\_\_\_\_. “Anarquismo, Socialismo y Comunismo”. In: RICHARDS, Vernon (org.). *Malatesta: pensamiento y acción revolucionarios*. Buenos Aires: Anarres, 2007e.
- \_\_\_\_\_. *Ideologia Anarquista*. Montevideú: Recortes, 2008.
- MARX, Karl. “Introduction to the French Edition of Engels’ *Socialism: utopian and scientific*”. In: Marxists Internet Archive, 1880. [<http://www.marxists.org/archive/marx/works/1880/05/04.htm>]
- \_\_\_\_\_. *O Capital* 5 vols. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008a.
- \_\_\_\_\_. “A Guerra Civil na França”. In: *A Revolução Antes da Revolução*, vol. 2. São Paulo: Expressão Popular, 2008b.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Hedra, 2010.
- MEHRING, Franz. *Carlos Marx*. Barcelona: Grijalbo, 1973.
- NETTLAU, Max. “Introdução”. In: MALATESTA, Errico. *Escritos Revolucionários*. São Paulo: Hedra, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Errico Malatesta: la vida de un anarquista*. Rosário: Pensamiento y Voluntad, 2012.
- RICHARDS, Vernon. “Notas para una biografía”. In: *Malatesta: pensamiento y acción revolucionarios*. Buenos Aires: Anarres, 2007a.
- \_\_\_\_\_. (org.) *Malatesta: pensamiento y acción revolucionarios*. Buenos Aires: Anarres, 2007b.
- ROCHA, Bruno Lima. *A Interdependência Estrutural das Três Esferas: uma análise libertária da Organização Política para o processo de radicalização democrática*. Porto Alegre, UFRGS (tese de doutorado), 2009.
- SELL, Carlos E. *Introdução à Sociologia Política*. Petrópolis: Vozes, 2006.

STOPPINO, Mario. “Ideologia”. In: Norberto Bobbio et alli. *Dicionário de Política*. Brasília: UNB, 2004.

WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 2011.

\_\_\_\_\_. *A “Objetividade” no Conhecimento das Ciências Sociais*. São Paulo: Ática, 2010.